

# Apresentação

O Brasil figura atualmente entre os países mais desiguais do mundo. Ao cabo de sucessivas fases de estagnação e de crescimento, deixou de ser pobre e dependente para converter-se em uma das principais economias mundiais, sem contanto livrar-se dos mais baixos índices de desenvolvimento humano. A persistência das desigualdades ao longo de nossa história indica que possuem raízes profundas, diante das quais políticas de crescimento econômico e medidas compensatórias dirigidas à população de baixa renda não têm surtido efeitos decisivos e prolongados. O país conserva uma população majoritariamente de pobres, agravada com inúmeros bolsões de miséria.

Há pouco mais de 20 anos, durante a *Constituinte* de 1988, o país viveu talvez o mais importante marco histórico no longo embate contra suas estruturas injustas. No bojo de vigorosa mobilização civil, sob a égide da cidadania e da perspectiva de uma sociedade futura sem iniquidades, a nova Carta estabeleceu mecanismos de participação com vistas à ampliação e à efetivação de direitos, o que multiplicou as expectativas de justiça social e de superação das desigualdades de diferentes ordens. No entanto, à medida que diferentes coalizões e programas de governo sucederam-se nas décadas seguintes, a sociedade brasileira seguiu demonstrando enorme capacidade de resistência a mudanças em seu padrão de desenvolvimento, seja em aspectos cruciais como a erradicação da pobreza, seja em seu espectro mais amplo, marcado pela dualização social.

Acresce que as desigualdades econômicas, políticas e culturais formam um círculo perverso, cujo cerne mantém-se inabalado e parece recrudescer quando políticas sociais e medidas redistributivas fazem cair seus índices passageiramente. Mesmo nas fases de crescimento econômico e de evolução dos indicadores sociais, as tendências de repartição desigual da renda e de acesso diferenciado aos serviços e garantias sociais mantiveram-se constantes, pouco sensíveis ao desempenho da economia e ao acionamento de políticas compensatórias. As sobreposições entre as elites econômicas, políticas e sociais, aliadas ao fato de que historicamente a riqueza provém em boa medida de relações com o Estado, fazem com que a persistência da desigualdade de renda no país indique a força de outros poderosos mecanismos estruturais de concentração da riqueza e do poder.

Por conseguinte, a inegável evolução do direito positivo e a remoção de entraves formais, de par com as políticas de assistência, empregabilidade e inclusão, tampouco lograram afetar drasticamente a realidade nacional. Ademais, as desigualdades persistem no plano dos valores. Malgrado os avanços notórios na abordagem das diferenças geracionais, de gênero e

outras, elas restam incorporadas aos padrões e hábitos culturais. Seu poder instituinte aparece nas formas latentes de segregação, evidenciando a força inercial de atavismos já banidos do quadro de direitos, ou na naturalidade com que se aceita a brutal distância social entre os brasileiros.

O estudo das desigualdades no Brasil teve início há mais de quatro décadas, com as questões relacionadas à distribuição de renda. Desde os anos 1960, admite-se que o aumento das desigualdades é concomitante e não contraposto ao crescimento econômico, cuja dinâmica gera tendências de concentração da riqueza. As análises em torno das causas e soluções exploraram consecutivamente as relações com o salário-mínimo, a educação, a segmentação do mercado de trabalho, a precarização das relações laborais, a desocupação e o crescimento da informalidade. Na década de 1990, receberam destaque os temas da inflação e da estabilidade econômica. Nos últimos anos, a ênfase foi posta sobre os paradoxos de uma sociedade de modernização periférica, cuja dinâmica social contraditória introduz novas e às vezes mais extremadas formas de desigualdades, segmentação e segregação. Ao mesmo tempo, verifica-se um refluxo do ativismo cidadão, à medida que os espaços de participação conquistados a partir de 1988 cedem lugar a atores de variada extração política e ideológica, distantes da postura contestadora anterior.

As desigualdades econômicas, mais estudadas, voltaram a concentrar as atenções a partir de 2001, quando as diferenças de renda sinalizaram tendências de redução, após um largo período de estabilidade, entre 1970 e 2000. Esse declínio da desigualdade apareceu principalmente na queda no coeficiente de Gini, que oscilou 4,6% entre 2001 e 2005. A queda tem sido relacionada à elevação dos rendimentos dos mais pobres, cuja fatia da renda nacional vem crescendo acima das faixas superiores. Entre os fatores dessa nova inflexão na curva histórica da desigualdade de renda, estudos apontam em primeiro lugar a redução das diferenças entre os rendimentos do trabalho, as transferências de renda vinculadas a programas governamentais e a queda nas diferenças de remuneração por nível educacional.

Diante de tais persistências e reconfigurações, o tema continua na agenda. Cabe proceder a um exame judicioso e abrangente da evolução das desigualdades no país, situando os dados recentes em uma visão retrospectiva e tendo em vista análises comparadas com outras realidades nacionais. O dossiê temático deste número da Revista *Ciências Sociais Unisinos* reúne trabalhos com esses objetivos.

O primeiro artigo aborda aqueles fatores de resistência e de reprodução das desigualdades imersos em nossa

formação histórica. O autor, Marcos Lana, retoma as análises sobre o *compadrio*, instituição que funciona como matriz das estruturas sociais de desigualdade, em seu estado elementar. Os circuitos de reciprocidade assimétrica que se estabelecem a partir do *compadrio* mostram-se relevantes para elucidar outros regimes de prestação que permeiam a vida social, inclusive naqueles campos em aparência desprovidos de interesses extra-econômicos, nos quais a desigualdade parece decorrer de princípios meramente mercantis.

O segundo artigo, de Paolo Totaro, dedica-se ao exame das lógicas subjacentes aos modelos com os quais se busca definir as situações de desigualdade, mediante procedimentos de classificação social. Segundo o autor, a linguagem cognitiva dominante, baseada no cálculo, quando transposta do universo das unidades abstratas plenamente quantificáveis para o universo das pessoas e ações, ontologicamente irredutíveis àquela mesma lógica, impele ao uso da classificação social. Esse recurso, constante, acaba por gerar círculos viciosos, uma vez que a classificação propõe uma visão de mundo que fixa e amplia os mecanismos sociais dos quais os sujeitos excluídos são vítimas, dramatizando e reduzindo a tais mecanismos a interpretação de sua trajetória e de suas possibilidades de vida. Por conseguinte, as condições sociais iníquas findam sendo auto-reprodutivas, em função da lógica típica da cultura moderna com que se busca apreendê-las.

A evolução mais recente das desigualdades econômicas merece exames aprofundados. Em particular, no tocante às alterações sofridas pelo mercado de trabalho, cuja ambivalência deixa de caucionar integralmente as visões regressivas, centradas na flexibilização das relações laborais e na diminuição de ganhos do trabalho entre os segmentos menos remunerados. Ao mesmo tempo, justifica-se aquilatar os reflexos observáveis dos novos dispositivos institucionais voltados à eliminação das iniquidades de gênero, raciais e outras de ordem sócio-cultural.

No campo das relações de gênero, o trabalho de Zuleica de Oliveira e João Belchior examina a participação feminina no mercado de trabalho da informática, indagando sobre suas continuidades e mudanças em relação aos padrões gerais de empregabilidade. O artigo seguinte, de Juliana dos Santos, trata da presença crescente das mulheres nas ocupações demandantes de maior escolaridade e de maior exercício de autoridade no trabalho. A autora avalia a interferência do elemento racial nesse contexto e conclui pela vantagem ocupacional e econômica assumida pelas mulheres brancas, inclusive sobre os homens, o que vem alterando o perfil de gênero dos estratos médios assalariados.

A variável cor é igualmente tratada no estudo de Lygia Costa sobre a mobilidade ocupacional no Brasil, comparando migrantes e não-migrantes residentes na região Sudeste. Os dados específicos coletados nas PNADs de 1988 e 1996 indicam que muitos trabalhadores, no final dos anos 1980 e nos anos 1990, sobretudo os de origem rural, estariam fadados a menor

mobilidade que no passado. No contexto da reestruturação produtiva, predomina a mobilidade de tipo circular, cujos efeitos sobre a mobilidade ascendente são muitos menores que os da mobilidade estrutural. Desse ponto de vista, o mercado de trabalho brasileiro se moderniza criando mais desigualdades e menos oportunidades para os trabalhadores.

Outro ponto de atenção diz respeito às acentuadas discrepâncias de qualidade na oferta de serviços sociais, como saúde e educação, oferecidos a título de garantias universais. Tais diferenças produzem também efeitos circulares, a exemplo das escolas públicas, cujo desaparecimento soma-se a situações de baixa coesão social e de alta vulnerabilidade, minando ainda mais os níveis de formação educacional e frustrando as chances de mobilidade ascendente. Natália Pacheco Júnior investiga o tema sob o ângulo da educação das minorias, representadas pelos portadores de deficiência visual. Mediante três estudos de caso, detecta incongruências entre dispositivos legais e práticas, o que reforça o estigma sobre essa população e reproduz desigualdades no exercício da cidadania.

O último trabalho, de Danú Fabre Platas e Pauline Laval, insere-se na linha de estudos comparados, ao confrontar a pobreza no Marrocos e na França. Não obstante as peculiaridades históricas nacionais e regionais, um dos pontos de interesse consiste em examinar como os países experimentaram os efeitos agravantes de quase duas décadas de pressões exercidas pela globalização. Regra geral, os dados têm demonstrado uma incompatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento social, cujo resultado são quadros ampliados de polarização social. As manifestações da pobreza, nesse contexto, são o objeto de análise dos autores.

Com esses trabalhos, o dossiê *Desigualdades: dimensões e evoluções recentes* tenciona estimular o desenvolvimento de múltiplos enfoques, bem-vindos em razão da complexidade do tema e de sua coextensividade com a realidade social do país. A integração entre diferentes percepções pode cumprir objetivos importantes da agenda de estudos sobre as desigualdades, tais como estabelecer conexões entre os diversos tipos de desigualdades, em favor de uma visão sistêmica, e propiciar um balanço dos avanços, recuos e insuficiências principais da sociedade brasileira, desde a reconstrução institucional arduamente iniciada em 1988.

O presente número contém, ainda, na seção Opinião um texto breve de Juan Pablo Chiappara e Carlos A. Gadea, surgido de uma série de experiências particulares sobre a condição de migrante, o ser nacional e as eventuais "fronteiras identitárias". Encerra-se com uma apresentação de *A Distinção*, de Pierre Bourdieu, há pouco publicado no Brasil. A resenha feita por Robinson Scholz é oportuna, pelo valor intrínseco da obra e por se tratar de um clássico sobre os processos de produção e reprodução das desigualdades.

Luiz Inácio Gaiger